

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002534-55.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Elza Maria Lourenço Ubeda**
Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou ser correntista do réu há anos, utilizando a conta que especificou somente para pagamento de um financiamento de sua casa própria e das contas decorrentes do consumo de água desse imóvel.

Alegou ainda que em novembro de 2016 o réu bloqueou tal conta em virtude de tentativa de fraude, mas depois passou a cobrar-lhe valores indevidos para quitação das mensalidades do referido financiamento.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que experimentou.

As preliminares arguidas pelo réu em contestação não merecem acolhimento.

A autora faz jus aos benefícios da assistência judiciária por força do documento de fl. 17 e da ausência de dados seguros que denotassem a possibilidade de suportar os encargos do processo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Defiro-lhe, pois, esse benefício.

Já a solução do processo prescinde da realização de perícia (cujo objeto, aliás, não ficou delineado com clareza), de modo que este Juízo possui competência a tanto.

Assim, rejeito as prejudiciais suscitadas.

No mérito, os documentos que instruíram a petição inicial abonam satisfatoriamente a explicação da autora.

Deles, merece especial destaque o de fl. 18, por meio do qual ficou reconhecida a cobrança a maior que lhe foi feita e o montante da prestação vencida em fevereiro de 2017 no importe de R\$ 630,07.

O réu a seu turno em genérica contestação não refutou específica e concretamente os fatos articulados pela autora, não se pronunciando inclusive sobre a prova documental amealhada.

Deixou, portanto, de impugnar que as importâncias detalhadas na exordial foram cobradas da autora quando ela não deu causa a isso, bem como que com a solução do problema as prestações tornariam a R\$ 630,07.

Como se não bastasse, não explicou por qual razão não devolveu à autora a totalidade do que lhe foi cobrado a mais e por qual motivo a quantia de R\$ 630,07 não foi observada para a retomada das prestações, a partir de fevereiro de 2017.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, impõe a conclusão de que a pretensão deduzida prospera em parte.

Como assinalado, o réu deverá pagar à autora a quantia de R\$ 95,27, tendo em vista que não operou o crédito da integralidade do que lhe cobrara a maior, mas esse pagamento não se fará em dobro.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que “a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011) e, como na espécie vertente não extraio lastro consistente que denotasse a má-fé do réu, a regra não terá aqui aplicação.

Quanto aos danos morais, tenho-os por configurados.

A simples leitura da petição inicial evidencia a falha do réu, seja porque seus sistemas de segurança não se revelaram eficazes, seja porque sem qualquer justificativa passou a fazer cobranças excessivas à autora, seja, enfim, porque nem mesmo após a solução do problema voltou a cobrar o que seria realmente devido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Vê-se que o réu não dispensou à autora o tratamento que lhe seria exigível, causando a ela desgaste de vulto a exemplo do que sucederia com uma pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

É o que basta para a caracterização dos danos morais.

A fixação do valor da indenização obedecerá aos critérios usualmente empregados em casos afins.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora as quantias de R\$ 95,27, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 19 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA